

**A RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O AUMENTO DA  
FECUNDIDADE EM BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS.**

**Fernando Osorio Portugal**

Especialista em Gestão Pública pelo Programa de Pós Graduação em Gestão Pública da  
Universidade Federal de Pelotas, RS.

**Alessandra Doumid Borges Pretto**

Doutora em Saúde e Comportamento pela Universidade Católica de Pelotas, RS.

Endereço: Rua General Teles 645 ap. 302, Centro, Pelotas/RS.

Telefone: (53)33038583/81564831

Email: alidoumid@yahoo.com.br

**Julio Cesar Menna**

Especialista em Gestão Pública pelo Programa de Pós Graduação em Gestão Pública da  
Universidade Federal de Pelotas, RS.

**Rogério da Silva Almeida**

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná, Professor da Faculdade de  
Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas, RS.

**Dary Pretto Neto**

Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande, Professor da Faculdade de  
Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas, RS.

**RESUMO:** O Programa Bolsa Família (PBF) vem mostrando resultados positivos como o aumento da frequência escolar, melhoria da saúde básica e da nutrição das crianças e aumento do consumo das famílias, mas também vem mostrando uma diminuição da oferta de trabalho. Além disto, há uma preocupação da relação deste programa com o aumento da fecundidade. Este estudo objetivou descrever a relação entre o Programa Bolsa Família e o aumento da fecundidade em beneficiárias do Município de Pelotas, RS. Foi realizado um estudo de dados secundários, através de banco construído de um projeto da Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas, com 370 beneficiárias do PBF. Foi aplicado um questionário contendo questões acerca das condições socioeconômicas, perfil e sobre o aumento do número de filhos após a concessão do benefício. Como resultado, observou-se que 27,3% possuem ensino fundamental incompleto, 32,7% não trabalham e 41,9% recebem menos de um salário mínimo. Cerca de 48% teve filhos após a concessão do benefício. O aumento do número de filhos após a concessão do benefício foi associado à menor renda, não trabalhar e menor escolaridade.

**Palavras-chave:** Bolsa Família, Fecundidade, Renda.

**ABSTRACT:** The Family Grant Program has been showing positive results as the increase of school attendance, improving health basic and nutrition of children and increase in the consumption of families, but also comes showing a reduction in labor supply. In addition to this, there is a concern of the relationship of this program with the increase of fruitfulness. This study aimed to describe the relationship between the Family Grant Program and the increase in fertility benefiting from the city of Pelotas, RS. It was performed a study of secondary data, through a database built a project of the School of Administration and Tourism of the Federal University of Pelotas, with 370 beneficiaries of the benefit. It was applied a questionnaire containing questions about the socioeconomic conditions, profile and on the increase in the number of children after the granting of the benefit. As a result, it was observed that 27.3% have incomplete basic education, 32.7% did not work and 41.9% receive less than one minimum wage. Approximately 48% had children after the granting of the benefit.

The increase in the number of children following the granting of the benefit was associated with lower income, less educated and not working.

**Keywords:** Family Grant, fecundity, income.

## 1 INTRODUÇÃO

Os programas condicionais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) que representa um programa social, instituído com objetivo de redistribuir a renda na economia, tornando a distribuição da riqueza do país mais igualitária, possuem um impacto significativo na redução da miséria, da pobreza e da desigualdade social (ROCHA; SOARES, 2009).

O PBF é um programa de transferência direta de renda que surgiu em 2003, a partir de políticas públicas de assistência social desenvolvidas nos anos 90, com a finalidade de beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza ou miséria em todo o País. Este programa está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MARCON, 2010).

Mais do que uma política de assistência social, o PBF vincula a garantia de uma renda mínima ao cumprimento de condicionalidades. A preocupação do programa é garantir a segurança alimentar e boas condições de saúde e promover o acesso e a manutenção das crianças na escola. Além de aliviar a pobreza no curto prazo por meio de transferência de renda ele constitui a longo prazo, uma política que visa criar condições para a geração autônoma de renda no futuro por meio do investimento em capital humano e por interrupção do ciclo da pobreza (CASTRO *et al.*, 2009).

O PBF vem mostrando resultados já esperados pelo governo na sua implantação como aumento da frequência escolar, melhoria da saúde básica e da nutrição das crianças e aumento do consumo das famílias (RAWLINGS; RUBIO, 2005). Mas também vem mostrando uma diminuição da oferta de trabalho (PARKER; SKOUFIAS, 2000). Além disto, há uma preocupação com a relação deste programa com o aumento da fecundidade (JANVRY; SADOULET, 2006)

A percepção de um possível aumento das taxas de fecundidade entre os beneficiários demonstra uma concepção preconcebida, tradicional e sem apoio empírico. Não foram encontrados dados que comprovem essa situação. Ao contrário, a fecundidade é decrescente no Brasil, inclusive na zona rural, a que contém a população mais pobre e potencialmente candidata ao PBF (CASTRO *et al.*, 2009).

É necessário investigar o incentivo a fecundidade dos programas condicionais de transferência de renda, nos quais a transferência de valores depende do número de filhos. É grande a preocupação que estes programas estejam incentivando a fecundidade, uma vez que estas famílias já são pobres. Por outro lado, grande parte destes programas exigem dos beneficiários, investimento em saúde e educação das crianças e adolescentes, o que poderia gerar um menor risco para o aumento da família (ROCHA; SOARES, 2009).

Este estudo objetivou descrever a relação entre o PBF e o aumento da fecundidade nas beneficiárias do Município de Pelotas/RS, assim como caracterizar o PBF como meio de transferência de renda e exclusão da linha de pobreza e verificar se o aumento da fecundidade pode piorar a situação de pobreza e miséria da população beneficiária.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Foi realizada uma análise de dados secundários de um banco de dados, oriundo do Projeto de pesquisa “O impacto Financeiro do Programa Bolsa Família na Cidade de Pelotas/RS”, projeto da Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A pesquisa foi realizada no Município de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), com uma abordagem quantitativa.

O Município de Pelotas, localiza-se no Sul do estado do RS, município que se situa a margem esquerda do Canal São Gonçalo, conta com uma população de 341.180 habitantes. Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), a cidade apresentava em 2.000, 17,0% de sua população vivendo com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 8,5% em 2.010 (IBGE, 2010). O Município possui 33.447 famílias inscritas no Cadastro Único (Cadúnico) e destas 9.387 são beneficiárias do PBF (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2015).

Através de dados obtidos em pesquisa realizada no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em agosto de 2014 o valor médio recebido foi de R\$ 141,93; e o Governo Federal repassou ao município o montante de R\$ 1.332. 250,00 no referido mês. Pelotas possui 13.729 famílias com renda até 70,00 reais *per capita*, 23.385 com renda até 140,00 reais *per capita* e 29.882 famílias com renda até ½ salário mínimo (R\$ 362,00) *per capita*. (MDS, 2014)

Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem renda *per capita* até R\$ 140,00. No caso da indigência, este valor será inferior a R\$ 70,00. A participação dos 20% mais pobres da população na renda, isto é, o percentual da riqueza produzida no município com que ficam os 20% mais pobres, passou de 3,0%, em 1991, para 3,5%, em 2010, diminuindo os níveis de desigualdade (MDS, 2014).

Em 2010, analisando o oposto, a participação dos 20% mais ricos era de 59,3%, ou 16,9 vezes superior à dos 20% mais pobres. Em 2013, o número de crianças menores de dois anos pesadas pelo Programa Saúde da Família (PSF) era de 82,5%; destas, 0,8% estavam desnutridas (IBGE, 2010). No Município, em 2010, 16,6% das crianças de 0 a 14 anos de idade estavam na condição de pobreza, ou seja, viviam em famílias com rendimento *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (ODM, 2012).

Para compor o banco de dados a amostra foi selecionada aleatoriamente com beneficiárias na zona urbana e rural do Município de Pelotas que foram abordadas em suas moradias e convidadas a participar da pesquisa. A amostra foi constituída de 370 beneficiárias. O universo de pesquisa foi obtido através da aplicação da Fórmula Amostral através de pacote estatístico, com erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%, levando em conta a população beneficiária do PBF (9387) beneficiários, seria necessária a coleta de 370 questionários. Foram consideradas elegíveis para a inclusão do estudo todas as famílias de baixa renda incluídas no CadÚnico.

Neste estudo, a coleta de dados ocorreu nos meses de abril a julho de 2015. O questionário aplicado foi composto de quinze questões fechadas, abordando características socioeconômicas e questões acerca do tema a ser estudado.

Os questionários foram digitados em banco construído através do programa Epi Info 6.0 d<sup>®</sup>, após serem codificados e revisados. Os dados foram processados com dupla digitação e foi efetuada a checagem de consistência das informações. A análise dos dados foi realizada a partir do pacote estatístico SPSS para Windows, versão 21.0. A análise inicial teve como objetivo obter frequências das variáveis independentes, a fim de caracterizar a amostra do estudo. Posteriormente foi realizada análise bivariada entre os fatores de exposição e o desfecho utilizando testes de qui-quadrado e tendência linear. Ao final da análise, somente as variáveis com  $p < 0,05$  serão consideradas associadas ao desfecho de forma estatisticamente significativa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta de 370 beneficiárias, todas do sexo feminino. O estudo não teve perdas e nem recusas. Todos os entrevistados eram do sexo feminino.

A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra e 49,6% possui idade entre 30 e 40 anos, quanto à escolaridade, 27,3% possui ensino fundamental incompleto e 20,8% ensino fundamental completo. Grande parte das beneficiárias trabalha (67,3%), sendo que a maioria destas são diaristas (17,8%), seguido de empregadas assalariadas (17,6%).

**Tabela 1 – Caracterização da amostra. Pelotas, Rio Grande do Sul, 2015 (n=370).**

	n	%
<b>Idade</b>		
19-29	115	31,1
30-40	183	49,6
Maior de 40 anos	72	19,3
<b>Escolaridade</b>		
Não alfabetizado	37	10,0
Ensino Fundamental Incompleto	101	27,3
Ensino Fundamental Completo	77	20,8
Ensino Médio Incompleto	72	19,5
Ensino Médio Completo	63	17,0
Ensino Superior Incompleto	18	4,9
Ensino Superior Completo	2	0,5
<b>Trabalho</b>		
Sim	249	67,3
Não	121	32,7
<b>Ocupação Profissional</b>		
Empregada assalariada	65	17,6
Autônoma	46	12,4
Empregada Doméstica	47	12,7
Diarista	66	17,8
<b>Renda familiar</b>		
Menos de um salário mínimo	158	42,9
Mais de um salário mínimo	212	58,1

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Tabela 2 mostra dados sobre a fecundidade de acordo com as seguintes variáveis: escolaridade, trabalhar ou não e renda. Das 370 entrevistadas, 176 (47,6%) teve filhos após a concessão do benefício. O aumento do número de filhos após a concessão do benefício foi associado à menor renda, não trabalhar e menor escolaridade.

**Tabela 2- A relação entre a fecundidade e a escolaridade, renda e trabalho de beneficiárias do programa bolsa família em Pelotas, Rio Grande do Sul, 2015 (n=370).**

	Teve filhos após o recebimento do PBF		p valor
	Sim n (%)	Não n (%)	
<b>Escolaridade</b>			0,04
Não alfabetizado	20 (11,36)	17 (8,77)	
Ensino Fundamental	86 (48,86)	92 (47,42)	
Ensino Médio	63 (35,79)	72 (37,11)	
Ensino Superior	7 (3,99)	13 (6,70)	
<b>Renda</b>			0,03
menos de 1 salário mínimo	69 (39,20)	63 (32,47)	
mais de 1 salário mínimo	107 (60,80)	131 (67,53)	
<b>Trabalho</b>			0,04
sim	111 (63,06)	126 (64,95)	
não	65 (36,94)	68 (35,05)	
<b>Total</b>	<b>176(47,56)</b>	<b>194(52,44)</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A tabela 3 mostra dados disponibilizados pelo DATASUS acerca do analfabetismo no Município de Pelotas/RS. Esta pesquisa foi elaborada através de um levantamento a partir de censos demográficos, e utiliza fontes do IBGE, onde a taxa de analfabetismo representa a percentual da população analfabeta em relação à população total.

Neste estudo, percebeu-se que quanto à idade, esta variou entre 19 e 46 anos, sendo que quase 50% têm idade entre 30 e 40 anos. No estudo de Amaral e Monteiro, realizado em 2013, encontrou associação entre as condições econômicas e a idade das beneficiárias, onde domicílios em piores condições econômicas tinham mães mais jovens, apesar de encontrarem uma diminuição, entre 2005 e 2009, nos percentuais de mães de até 24 anos e entre 25 e 34 anos (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

**Tabela 3- Taxas de alfabetização e analfabetização do Município de Pelotas/RS**

	2000	2010
<b>Alfabetização</b>		
População analfabetizada	14.690	11.091
População alfabetizada	226.803	250.823
<b>Taxa de Analfabetismo</b>		
Municipal	6,08%	4,23%
Nacional	12,84%	9,37%
<b>Ranking Municipal pela população analfabetizada</b>		
Nacional	95	143
Estadual	2	2
<b>Ranking Municipal pela taxa de analfabetismo</b>		
Nacional	5127°	5186°
Estadual	311°	355°
<b>Participação do Município no total da população analfabeta nacional e estadual</b>		
Nacional	0,10%	0,08%
Estadual	3,16%	3,00%
<b>Coefficiente da taxa de analfabetismo municipal pelas taxas nacionais e estaduais</b>		
Razão Município/Brasil	0,474	0,451
Razão Município/Estado	0,978	0,964
<b>Taxa de analfabetismo por sexo</b>		
Masculino	5,19%	3,96%
Feminino	6,86%	4,47%
<b>Taxa de analfabetismo por zona</b>		
Zona urbana	7,22%	3,99%
Zona rural	6,00%	7,64%

Fonte: Dados demográficos e socioeconômicos URL: <http://tabnet.datasus.gov.br>

Quanto a escolaridade, neste estudo cerca de 28% possuía ensino fundamental incompleto e 20,8% ensino fundamental completo. Estudo conduzido por Camargo e colaboradores mostram que o nível de escolaridade é muito baixo entre os beneficiários do PBF, sendo que mais de dois terços dos seus beneficiários não possuem sequer o ensino fundamental completo (CAMARGO *et al.*, 2013). O mesmo foi encontrado por Brito e Kerstenetzky, que destacou o grande número de analfabetos (12,6%). Neste estudo da amostra avaliada, 10% eram analfabetos. A partir disto, pode-se afirmar que a seleção dos

beneficiários tem incidido relativamente sobre as pessoas mais vulneráveis quanto à escolaridade (BRITO; KERSTENETZKY, 2011).

Apesar dos dados divulgados recentemente pela PNAD, mostrar o crescimento do número de analfabetos no país, os dados dos dois últimos Censos mostram que Pelotas está à frente da nação: em 2000, cerca de 88% da população acima de dez anos era alfabetizada; em 2010, esse número saltou para 96% (DEEPASK, 2015). A pesquisa realizada pelo IBGE mostra que o número de analfabetos de 15 anos ou mais passou de 12,9 milhões para 13,2 milhões de pessoas entre 2011 e 2012. Por trabalhar com amostra de domicílios, o PNAD não consegue fornecer a realidade de cada município. O Censo cumpre esse papel, pois é uma pesquisa realizada a cada década e contempla todas as cidades e domicílios. Portanto, apesar do aumento de 0,01% no número de analfabetos no país, a realidade em Pelotas é diferente e a chance é grande dos índices continuarem caindo na cidade de Pelotas (DEEPASK, 2015).

Na tabela 3, verifica-se um aumento de 32,24% na quantidade de alfabetizados e uma diminuição de 36,17% no número de analfabetizados de 1991 a 2010. A nível nacional houve uma melhora de 20% e a nível estadual uma melhora de 5,06% na taxa de alfabetizados. No que se refere ao quesito sexo, se constata uma queda maior no índice de analfabetismo feminino 53,48% em detrimento de 43,34% no masculino. A taxa de analfabetismo urbano caiu 51,51% e a rural teve queda de 24,05%. É preocupante a baixa escolaridade, pois esta pode estar relacionada a diversos aspectos negativos como o aumento da fecundidade, o que vai gerar um aumento do ciclo da pobreza.

O valor do benefício recebido pelas famílias do PBF cresce à medida que aumenta o número de crianças e adolescentes da família. Em 2011, uma família em extrema pobreza recebia o benefício básico de R\$ 70,00. Para cada criança ou adolescente de até quinze anos, a família recebia um adicional de R\$ 32,00, “benefício variável”. Cada família pode receber até três benefícios variáveis. Ou seja, uma família que tenha três ou mais membros com até quinze anos receberá  $70 + 3 \cdot 32 = \text{R\$ } 166,00$ . Também o benefício variável vinculado ao adolescente: as famílias que têm um adolescente entre 16 e 17 anos recebem mais R\$ 38. São pagos, no máximo, dois benefícios dessa espécie por família, o que elevaria o valor máximo da bolsa a  $\text{R\$ } 166,00 + 2 \cdot 38 = \text{R\$ } 242$  (EUSTÁQUIO, 2011). Surge, então, uma dúvida: será que o benefício variável pago para cada criança adicional estaria estimulando as famílias beneficiárias do PBF a terem mais filhos? Para responder a essa questão precisamos avaliar como tem evoluído a taxa de fecundidade no Brasil, bem como consultar estudos que buscaram medir o impacto do PBF sobre essa taxa (EUSTÁQUIO, 2011).



Em razão do seu desenho, o PBF pode incentivar a fecundidade das beneficiárias tanto pela ampliação da renda familiar quanto pela redução do custo de se ter um filho adicional. A decisão de gerar mais um filho depende da relação entre o custo com o filho adicional e a receita adicional oriunda do PBF. Dessa forma, se a receita marginal for maior que o custo marginal, a beneficiária poderá ser incentivada a gerar outro filho (CECHIN *et al.*, 2010).

A fecundidade feminina no Brasil vem caindo continuamente desde os anos sessenta. A Taxa de Fecundidade Total (TFT) era de 6,3 filhos por mulher em 1960, caiu para 5,8 filhos em 1970, 4,4 filhos em 1980, 2,9 filhos em 1991, 2,4 filhos em 2000 e cerca de 1,9 filho em 2010 (EUSTÁQUIO, 2011). A taxa de fecundidade caiu em todas as Unidades da Federação. Os Estados da região Norte tinham fecundidade acima de oito filhos por mulher em 1970, caindo para cerca de três filhos em 2000. Os Estados da região Nordeste tinham fecundidade de 7,5 filhos por mulher em 1970, passando para 2,7 filhos em 2000. As demais regiões tinham fecundidade mais baixa em 1970 e chegaram a uma taxa próxima ao nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher) na virada do milênio (EUSTÁQUIO, 2011).

Há uma corrente da opinião pública que considera que o PBF na medida em que oferece benefícios que crescem até cinco filhos (três crianças de 0 a 15 anos e até dois adolescentes de 16 a 17 anos), teria um efeito pró-natalista, o que poderia estancar a queda da fecundidade entre a população de baixa renda (ALVES; CAVENAGHI, 2013). Já as parcelas da população com menores níveis de renda e escolaridade possuem taxas de fecundidade mais elevadas. Mas estas taxas também estão caindo. O segmento social composto pelos 20% mais pobres da população tinha fecundidade de cinco filhos por mulher em 1992 e passou para 3,4 filhos por mulher em 2009. Este é o segmento que faz parte do público alvo do Programa Bolsa Família (BF). Portanto, a fecundidade da população mais pobre do Brasil é mais elevada do que a média nacional, mas não é uma “fecundidade africana” (como retrata certos setores da mídia brasileira) e sim uma fecundidade relativamente baixa e em declínio (EUSTÁQUIO, 2011)

Stecklov e colaboradores analisando outros programas, que não o PBF, argumentam que há um estímulo pró-natalista nas políticas de transferência de renda, quando a quantidade de recursos transferidos aos beneficiários depende do tamanho da família. Os programas analisados por esses autores foram: PROGRESA no México, RPS na Nicarágua e PRAF em Honduras. Os autores afirmam que o desenho – intencional ou não-antecipado – dos dois primeiros não apresenta estímulo pró-natalistas, enquanto o terceiro geraria estímulo natalistas que dificultam o combate à pobreza (STECKLOV *et al.*, 2007). No documento fundador do

PROGRESA, no México, está marcado explicitamente o objetivo de se evitar fomentar famílias muito extensas. Já o PRAF, de Honduras, possibilita o aumento de benefícios e a entrada no programa com o aumento do número de filhos. O PBF tem um desenho parecido com o PRAF de Honduras, onde os benefícios crescem até cinco filhos, sendo três crianças de 0-15 anos e até dois adolescentes de 15 a 17 anos. Assim, teoricamente, o programa de transferência de renda do Brasil teria um desenho pró-natalista (EUSTÁQUIO, 2011).

Simões e Soares (2011) não encontram efeitos pró-natalistas no PBF. (SIMÕES; SOARES, 2011). Signorini e Queiroz (2011) utilizaram dados das PNADs 2004 e 2006 para observar o efeito médio do programa nos beneficiários do PBF, utilizando a metodologia do score de propensão para identificar os grupos de tratamento e controle. Os resultados encontrados pelos autores indicam que não há impacto significativo do recebimento do BF na decisão de ter filhos (SIGNORINI; QUEIROZ, 2011). Alves e Cavenaghi (2013), com base na pesquisa “Impactos do Bolsa Família na Reconfiguração dos Arranjos Familiares, nas Assimetrias de Gênero e na Individuação das Mulheres”, realizada na cidade do Recife em 2007/2008, mostraram que não existe diferença significativa no comportamento reprodutivo entre as mulheres que vivem em famílias cadastradas no CadÚnico beneficiadas e não beneficiadas pelo PBF. Embora haja uma tendência das famílias beneficiadas terem uma fecundidade ligeiramente maior, assim como uma proporção um pouco maior de mulheres com três ou mais filhos (22,7% contra 16,4% das não-beneficiárias), o fato é que o maior número de crianças tende a reduzir a renda per capita, aumentando a probabilidade das famílias se tornarem elegíveis aos benefícios do Programa. Dessa forma, a causalidade entre número de filhos e beneficiados pelo PBF seria inversa. A mulher não tem mais filhos porque passou a receber o PBF, mas sim o contrário: por ter mais filhos, e, com isso, reduzir a renda per capita familiar, a mulher se credencia a participar do PBF (ALVES; CAVENAGHI, 2013).

A fecundidade mais elevada entre a população pobre, menos escolarizada, com menor nível de consumo e piores condições habitacionais é uma realidade constatada em todas as pesquisas sobre o comportamento reprodutivo no Brasil. A maior fecundidade se deve à falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, e também devido à falta de perspectivas profissionais e educacionais, assim como de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material destas mulheres (ALVES; CAVENAGHI, 2013).

Dados da pesquisa Survey mostrou ainda que mais da metade das famílias beneficiárias do PBF, obtém os métodos contraceptivos por meio do PSF. As outras fontes de

obtenção para as famílias beneficiadas do PBF são os centros de saúde (ou ambulatórios) e as farmácias particulares, com 17% e 26%, enquanto as famílias não beneficiadas do PBF conseguem 27% e 20% respectivamente nestes dois locais. O fato das famílias beneficiadas recorrerem um pouco mais às farmácias particulares pode indicar que o efeito renda do PBF pode estar sendo usado inclusive para a compra de métodos contraceptivos via mercado. Assim, as falhas da política pública de saúde reprodutiva poderiam estar sendo compensadas, em parte, pela política de transferência condicionada de renda (EUSTÁQUIO, 2011).

Quanto à ocupação, das 370 beneficiárias, 67,3% responderam que trabalham, sendo a maioria como diarista (17,8%), seguido por empregada assalariada (17,6%), resultado bem divergente do encontrado por Brito e Kerstenetzky, que mostraram que 62,4% das beneficiárias não trabalhavam (BRITO; KERSTENETZKY, 2011). Quanto à renda evidenciou-se no presente estudo que 41,9% possuía renda familiar abaixo de um salário mínimo. O PBF representa uma política pública de acesso aos direitos sociais, uma vez que traduzem um bom começo na busca de mudança para a vida dos mais pobres que, muito pouco tem mudado em tantos anos. Este programa atua nas camadas mais pobres da população. (LAVINAS, 2004)

Pela tabela 2 verificou-se que 176 beneficiárias (47,6%) tiveram filhos após a concessão do benefício. Estudos mostram resultados controversos, Rocha e Soares investigaram os incentivos à fecundidade dos PCTR, nos quais a quantidade de recursos transferidos depende do tamanho da família e mostrou que o PBF não tem provocado o aumento da fecundidade da população pobre no Brasil (ROCHA; SOARES, 2009). O mesmo resultado foi encontrado por Signorini e Queiroz que afirmam que não há impacto significativo do recebimento do BF na decisão de ter filhos (SIGNORINI; QUEIROZ, 2011). O que se pode constatar é que mesmo a população de baixa renda tem apresentado redução no número médio de filhos à medida que o país vai se urbanizando e a população vai tendo acesso às políticas públicas de educação e saúde (ROCHA; SOARES, 2009).

No Brasil, poucos estudos a cerca da relação do PBF com o aumento da fecundidade foram realizados. Rocha e Soares (2009) e Signorini e Queiroz (2011) utilizaram informações da PNAD e estratégias distintas de identificação do efeito do PBF em modelos de probabilidade de ter filhos e chegaram a conclusões semelhantes de ausência de impacto significativo (ROCHA, SOARES, 2009; SIGNORINI; QUEIROZ, 2011)

Stecklov e colaboradores (2007) sugerem que os efeitos dos PTCR na fecundidade podem ocorrer ou via absorção de comportamentos induzidos pelas condicionalidades ou por outras externalidades. A obrigatoriedade de participação em oficinas de planejamento familiar, por exemplo, poderia induzir o conhecimento e uso de métodos contraceptivos que influenciariam na redução comparativa da fecundidade. Por outro lado, se o programa induz um aumento no número de casamentos e/ou parcerias informais, por exemplo, é provável que haja um incremento da fecundidade (STECKLOY *et al.*, 2007).

Estes mecanismos de transmissões, em parte, foram atestados nas análises dos cofatores dos modelos estimados. Encontrou-se que o conhecimento de informações sobre planejamento familiar de fato induz uma diminuição no número de filhos, enquanto que as mulheres em regime de união com parceiros possuem, naturalmente, mais filhos. O curioso, neste último caso, foi o efeito maior para mulheres em união informal em comparação com aquelas casadas formalmente (STECKLOY *et al.*, 2007). O fator renda mostrou-se altamente significativo para a redução na expectativa de filhos, mesmo entre os mais pobres. Se considerarmos que as transferências do PBF também estão incluídas na renda total domiciliar, podemos acreditar que o programa, via transferências, também possa reforçar este efeito negativo. Entre os efeitos de outros cofatores, destaca-se como contribuição desta pesquisa a análise do efeito de vizinhança nas questões demográficas. Observa-se que o número de crianças no entorno do domicílio da beneficiária influencia positivamente na demanda por mais filhos, evidenciando uma possível externalidade cultural local (STECKLOY *et al.*, 2007).

Por outro lado, raça e religião são aspectos que parecem não afetar a decisão sobre a fecundidade em nenhuma dos modelos estimados, o que releva limites nos efeitos sócio-culturais (PNDS, 2006). Quanto à idade, todas as faixas etárias apresentaram efeitos significativos e coeficientes negativos, indicando que o auge da fecundidade ocorreu na faixa etária de 20 a 24 anos, considerada como base. Portanto, a combinação do efeito do PBF com os efeitos dos diversos cofatores parece mostrar uma melhora qualitativa na composição familiar entre os mais pobres. É importante ressaltar, no entanto, que a troca da quantidade por qualidade ainda é um processo em andamento no Brasil e fatores como a oferta de serviços e características da vizinhança podem influenciar neste processo e deveriam, portanto, serem consideradas na formulação e no acompanhamento das políticas públicas (NASCIMENTO; REIS, 2009).

Utilizando-se uma base de dados (PNDS, 2006) que possibilita o controle de diversos cofatores comportamentais e a contabilização dos nascimentos ocorridos durante os 30 meses iniciais de exposição ao programa de mulheres beneficiárias e não beneficiárias, os resultados dos modelos estimados mostraram que o efeito deste programa foi negativo e significativo. Ou seja, as beneficiárias tiveram taxas de fecundidade esperadas significativamente menores que as elegíveis não beneficiárias, principalmente no segmento de renda mais baixa. O diferencial deste resultado em relação aos outros estimados para o caso brasileiro, está na significância estatística encontrada. Uma possível explicação para este diferencial seria metodológica, dado que o modelo de contagem utilizado neste trabalho cobre um tempo maior de exposição ao programa, o que permite capturar o efeito que o programa pode ter no espaçamento entre filhos.(STECKLOV *et al*, 2007), (TODD; WINTERS; STECKLOV, 2011).

Percebe-se que a proporção de famílias com renda superior a um salário mínimo e de pessoas que trabalham foi significativamente maior entre aqueles que não tiveram filhos após o recebimento do PBF. Além disso, nota-se que, quanto maior a escolaridade, menor o percentual de mulheres que tiveram filhos após o recebimento do PBF. Ter filhos após a concessão do benefício foi associado a menor escolaridade, não trabalhar e receber menos de um salário mínimo. Alves e Cavenaghi mostraram que o alto índice de natalidade é um problema anterior a qualquer PTR, tendo maiores laços com o fato de as mulheres com baixo nível educacional e de renda carecerem de acesso adequado aos meios de prevenção a fecundidade e possuírem elevados números de gravidez indesejada (ALVES; CAVENAGHI, 2011).

Embora a taxa de fecundidade da brasileira de forma geral tenha caído, persistem discrepâncias entre as grandes regiões e de acordo com o nível de escolaridade da mulher. As mulheres com maior escolaridade possuem em média, 1,7 filhos, enquanto que as com menos anos de estudo possuem em média 3,7 filhos. Essa influência da escolaridade na fecundidade é observada em todas as regiões (IBGE, 2010). As maiores médias de filhos por mulher são observadas no Norte (3,2) e no Nordeste (2,7) (IBGE 2010). A queda da fecundidade também não se distribuiu por todas as faixas de idade. Ao contrário, a incidência de gravidez na adolescência (dos 15 aos 19 anos) aumentou em todas as regiões, entre 1992 e 2001. O maior crescimento foi registrado no Nordeste (40%), e o menor, no Centro-Oeste (7%) (IBGE 2010). O referencial de renda familiar também pode ser aplicado à análise do número médio de pessoas e de filhos nas famílias brasileiras nas últimas décadas. Quanto menor o rendimento familiar, maior o número de pessoas e filhos na família, tendência que se mantém

inalterada em 2001. As famílias com rendimento familiar per capita de até ¼ de salário mínimo têm, em média, 4,8 pessoas e 2,8 filhos. Já as famílias com mais de cinco salários mínimos de renda familiar per capita apresentam número médio de pessoas e filhos igual a 7,7 e 0,8, respectivamente (IBGE, 2010).

#### **4 CONCLUSÃO**

De modo geral, os efeitos do PBF no município de Pelotas, podem ser diagnosticados, num primeiro momento, considerando aspectos relevantes referentes ao perfil das famílias beneficiárias; às questões sócio-demográficas e socioeconômicas nas quais elas estão inseridas. As características das famílias entrevistadas encontram-se na maior parte em situações adversas: 41,9% ganha menos de um salário mínimo, 32,7% não trabalham, a maior parte gasta o benefício com a compra de alimentos, o baixo grau de escolaridade, sendo 10% analfabetos e 27,3% têm o ensino fundamental incompleto (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série). Percebeu-se que o beneficiário percebe o valor recebido como um complemento da renda familiar, funcionando justamente para auxiliar no provimento do sustento da sua família, por meio da aquisição de alimentos, material escolar, vestuário, calçados, material de higiene, dentre outras coisas.

Neste estudo foi grande o número de beneficiárias que tiveram filhos após a concessão do benefício (48%). Para as famílias que estão abaixo da linha da pobreza, com renda per capita de R\$70,00, os R\$32,00 do PBF por filho é um incentivo para que famílias de miseráveis tenham mais filhos. Apesar dos aspectos vulneráveis encontrados nesta pesquisa, os dados são bem significativos na constatação de que programas que se afirmam como políticas públicas compensatórias têm cumprido um papel inegável no enfrentamento à exclusão social. Mas deve-se, investir em maior acesso à saúde, a escola, saneamento básico, ações para garantir o maior acesso e conhecimento dos beneficiários com relação ao benefício e a seus deveres.

A redução da taxa de natalidade é, portanto, função do desenvolvimento econômico, ou melhor, da elevação do padrão de vida das populações mais pobres, onde se encontram as altas taxas de natalidade. Aceleradas taxas de crescimento econômico acompanhadas por um forte processo de concentração de renda, do tipo que ocorreu no Brasil em anos recentes, terão provavelmente pequena influência na redução da natalidade. Quanto mais igual for a distribuição econômica e social, menor será o nível geral de fertilidade e mais rápido o declínio da fertilidade, de forma a permitir uma taxa menor de crescimento da população. Países em que a distribuição de renda é relativamente igual, como a Malásia Ocidental e a

China, apresentam um enorme declínio da taxa de natalidade, enquanto em outros países, como México, Colômbia ou Índia, caracterizados por uma alta concentração de renda, os resultados são modestos (FREITAS, 2014).

O problema do planejamento familiar está diretamente relacionado com a capacidade dos países subdesenvolvidos de se desenvolver e principalmente de fazê-lo distribuindo a renda de forma muito mais igualitária. Na medida em que isto ocorrer, programas de planejamento familiar poderão ser bem sucedidos, desde que, acompanhando a tendência já existente no sentido do controle da natalidade, orientem e acelerem essa tendência. (PEREIRA, 1978).

O governo tem tomado providências quanto ao controle de natalidade, disponibilizando métodos anticoncepcionais gratuitamente nos postos de saúde, mas essas providências não tem sido suficientes e a taxa de natalidade continua alta. O desenvolvimento econômico de um país ou região pressupõe o aumento ou melhoria de indicadores econômicos, infra estruturais, sociais e ambientais. O crescimento econômico torna-se uma condição necessária para a elevação da renda per capita, gerar novos empregos e facilitar o acesso da população a uma variedade mais ampla de bens e serviços básicos. Ele envolve a inclusão da população mais pobre no mercado e a conseqüente redução da população miserável na população total (SOUZA, 2006).

A redução da desigualdade social e da pobreza no Brasil só poderá ser realmente efetivada se outras ações, de natureza intersetorial, capazes de provocar um impacto mais efetivo e sustentável forem realizadas, como ações de saneamento básico, assistência médico hospitalar, assim como ações em saúde, educação e habitação. É necessário um maior esforço com relação ao conhecimento do programa, uma vez que constitui um aspecto que dificulta a inserção em outros programas sociais. Faz-se necessário estabelecer e intensificar estratégias entre os beneficiários e os gestores locais e a sociedade, inserindo a questão da segurança alimentar, e a integração com políticas que gerem oportunidades de emprego e renda.

O tema do presente estudo tem poucos trabalhos realizados no Brasil e possui resultados controversos, com isto deve haver a realização de novos estudos sobre o tema analisado, assim como sobre a eficácia de programas sociais com transferência de renda no Brasil, aplicando outras metodologias e comparando seus resultados com os de outras pesquisas similares. Também, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas dedicadas à

emancipação sustentada das famílias por meio de programas sociais, de maneira a identificar possíveis lacunas no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas que tenham essa finalidade ou como parte de um objetivo maior, como é o caso do PBF.

## **REFERÊNCIAS**

- ALVES, J.E.D; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família e a Transição da Fecundidade no Brasil. Novembro, 2013
- AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). Revista de Ciências Sociais, RJ. Vol. 56, n. 3. 2013. p. 531-70.
- BRITO, A.S; KERSTENETZKY, C.L. Beneficiários do programa bolsa família e mercado de trabalho: considerações metodológicas e substantivas. Centro de estudos sobre desigualdade e desenvolvimento. Texto para Discussão nº 21 – Junho 2011.
- CAMARGO, C.F. et al. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único Revela? One Pager. nº 240. Dezembro, 2013.
- CASTRO, H. C. O; WALTER, M. I. M. T; SANTANA, C. M. B.; et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. Opinião Pública. Vol. 15, n.2, 2009.p.333-355.
- CECHIN, L.A.W; CARRARO, A; RIBEIRO, F.G; FERNANDEZ, R.N. O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das beneficiárias. 2010.
- DEEPASK. Analfabetismo: taxa e número de analfabetos em Pelotas, RS. Disponível em: [www.deepask.com/goes?page=pelotas/RS...a-taxa-de-analfabetismo-no](http://www.deepask.com/goes?page=pelotas/RS...a-taxa-de-analfabetismo-no). Acessado em: 12 set. 2015.
- EUSTÁQUIO, J - O Programa Bolsa Família incentiva a fecundidade no Brasil. Disponível em: [www.brasil-economia-governo.org.br/.../o-programa-bolsa-familia-incen](http://www.brasil-economia-governo.org.br/.../o-programa-bolsa-familia-incen). Acessado em: 7 de out.2015.
- FREITAS, E. Controle de Natalidade. 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 2 de set.2015.
- JANVRY, A; SADOULET, E. Making Conditional Cash Transfer Programs More Efficient. The World Bank Economic Review. 2006; 20(1): 1-29.



LAVINAS, L. Universalizando direitos. Relatório 2004: medos e privações – obstáculos à segurança humana. Revista observatório de cidadania, Ibase, Rio de Janeiro, março de 2004. p. 67-74.

MARCON, G.B. A Origem e Importância do Programa Bolsa Família. [Internet] Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos>>. Acesso em: 5 agosto 2015. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. BRASIL, 2014. Portaria n° 177, de 16 junho de 2011. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências.

NASCIMENTO, A.F; REIS, C.N. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA NA AMÉRICA LATINA: especificidades de uma realidade que se mantém. 2009.

ODM - Relatórios Dinâmicos 2012– [Internet] – Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br> Acesso em 12.set.2015.

PARKER, S.W; SKOUFIAS, E. The impact of Progresa on work, leisure and time allocation. Final report, international Food Policy Research Institute. 2000.

PEREIRA, L.C.B. Controle da população e ideologia.1978.

PNDS. 2006. Desigualdade socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil: uma análise comparativa com base nas PNDS 1996 e 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Disponível em: [www.pelotas.com.br/justica-social/servicos/](http://www.pelotas.com.br/justica-social/servicos/) Acessado em: 23 de setembro de 2015.

RAWLINGS, L.B; RUBIO, G.M. Evaluating the impact of conditional cash transfer programs. World Bank Research Observer. 2005; 20(1): 29-50.

ROCHA R, SOARES R. Programas condicionais de transferência de renda e fecundidade: evidências do Bolsa Família. Brazilian Meeting of Econometrics. 2009; 72(50):165-238.

SIGNORINI, B. A; QUEIROZ, B. L. The impact of bolsafamília program in the beneficiary fertility. Texto para Discussão 439, Cedeplar.2011.

SIMÕES, P; SOARES, R.B. Efeitos do Programa Bolsa Família na Fecundidade das beneficiárias. RBE. Rio de Janeiro.2012; 66(4): 445-468.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Vol. 16, n. 8, 2006. p. 20-45.

STECKLOV, G; WINTERS, P; TODD, J; REGALIA, F. United of poverty program on child bearing in less developed countries: Experimental evidence from Laton America. Populations Studies. A Journal of Demography. 2007; 61: 125-140.

TODD, J. E; WINTERS, P; STECKLOV, G. Evaluating the impact of conditional cash transfer programs on fertility: The case of the Red de Protección Social in Nicaragua. *Journal of Population Economics*, 25:267-290.2011.